



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ERICH MAIA DE ALMEIDA OLIVEIRA**

**CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008: UM ESTUDO DE CASO**  
**SOBRE A ISLÂNDIA**

**Brasília**

**2015**

ERICH MAIA DE ALMEIDA OLIVEIRA

**CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE A ISLÂNDIA**

Artigo apresentado como requisito parcial  
para a obtenção do título de Especialista em  
Relações Internacionais pela Universidade de  
Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

**Brasília**

**2015**

## RESUMO

A mais recente crise financeira que abalou o mundo se iniciou em 2008, nos Estados Unidos. Vale salientar que ela atingiu tanto as pequenas como as grandes economias mundiais, até mesmo os grandes blocos econômicos. A Islândia foi o primeiro país a sofrer os efeitos desta crise financeira de proporções globais. Os impactos dela lá desencadearam problemas não apenas de cunho econômico, como também político e social. Apesar das desastrosas consequências, a Islândia foi um dos primeiros países a mostrar sinais de recuperação já em 2011, apenas três anos após o colapso total do seu sistema financeiro. Este estudo busca: compreender o processo de crise que se desenvolveu na Islândia após o ano de 2008 e as respostas do país a isso; elencar os fatores que levaram a Islândia a ser impactada pela crise financeira mundial; conhecer como o país se recuperou da crise mesmo indo contra as medidas econômicas ortodoxas advogadas pelas grandes economias, pelos blocos econômicos e pelas instituições financeiras internacionais.

**Palavras-chave:** Islândia, Crise Financeira, Pequenos países.

## ABSTRACT

The latest financial crisis that shook the world started in 2008 in the United States. It is worth mentioning that this crisis has hit small as much as the major world economies, even the large economic blocs. Iceland was the first country to suffer the effects of this financial crisis of global proportions. The impacts of the crisis in Iceland triggered problems not only of economic nature, but also of political and social nature. Despite the disastrous consequences of the financial crisis in Iceland, the country was one of the first to show signs of recovery already in 2011, just three years after the total collapse of its financial system. This study aims: to understand the process of crisis that developed in Iceland after 2008, and this country's responses to the crisis; to list the factors that led Iceland to be impacted by the global financial crisis; to know how Iceland recovered from the crisis even going against the orthodox economic measures advocated by the major economies, the economic blocs and the international financial institutions.

**Key words:** Iceland, Financial crisis, Small states.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. METODOLOGIA.....	5
3. A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008.....	6
3.1 Conceito De Crise.....	7
3.2 Crises Econômicas.....	8
3.3 O Caso Da Islândia.....	9
4. CONCLUSÃO.....	19
REFERÊNCIAS.....	22

## 1. INTRODUÇÃO

A crise financeira mundial de 2008 tem sido amplamente debatida, entretanto, quando o tema é estudado, o direcionamento dos trabalhos é, sobretudo, voltado para análises da situação atual dos países que ainda estão tentando se reerguer tanto política quanto economicamente após o colapso financeiro gerado por ela.

A especificidade do caso da Islândia merece atenção minuciosa já que a economia deste país foi a primeira a colapsar. Em 2011, apenas 3 anos após a falência do seu sistema bancário, começou a mostrar sinais de recuperação através de medidas heterodoxas adotadas para reconstruir seu sistema financeiro

Pesquisa sobre como os diferentes países lidam com crises financeiras podem contribuir com o adensamento do estudo sobre a temática da crise e suas repercussões político-econômicas, enriquecendo a comunidade acadêmica dedicada às áreas de Política, Economia e Relações Internacionais.

Estudar a crise financeira internacional é de suma importância para compreender a história contemporânea das Relações Internacionais e as dinâmicas político-econômicas que envolvem este momento que vivenciamos. Entretanto, grande parte da literatura sobre o tema aborda a problemática da crise apenas sob as lentes econômicas, havendo ainda muita demanda por análises políticas dos efeitos da crise, especialmente em se tratando do caso da Islândia que politicamente enfrentou desafios tanto internos quanto internacionais.

Este estudo busca compreender o processo de crise que se desenvolveu na Islândia após o ano de 2008, e as respostas desse país à crise que abalou o sistema financeiro mundial; elencar os fatores que levaram a Islândia a ser impactada pela crise financeira mundial; conhecer como a Islândia se recuperou da crise mesmo indo contra as medidas econômicas ortodoxas advogadas pelas grandes economias, pelos blocos econômicos e pelas instituições financeiras internacionais.

## 2. METODOLOGIA

O estudo realizado foi um desenho não experimental do tipo estudo de caso, que é comumente utilizado para fins exploratórios, observatórios ou explicativos, e configura uma análise intensiva de um fenômeno, delimitado tanto temporal quanto espacialmente objetivando ganhar compreensão acerca do fenômeno (YIN, 1989).

Foram utilizados como fonte de dados para este estudo: pesquisa bibliográfica sobre o tema; notícias produzidas por veículos jornalísticos renomados, tais como, *The New York Times*, *The Economist*, *Financial Times*, *The Guardian*, *The Wall Street Journal*; revista *Foreign Affairs*; relatórios veiculados por sites do governo da Islândia, de organizações internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da União Europeia; como também materiais divulgados por instituições que gozam de elevada reputação, como institutos de pesquisa; anais de encontros científicos; periódicos reconhecidos nacional e internacionalmente, além do Portal da Coleção Scielo Brasil, do Mundorama, e de artigos científicos, teses de doutorado e dissertações de mestrado acessíveis pela base de dados Periódicos CAPES.

O estudo foi dividido em etapas, sendo estas:

1. Levantamento de dados na comunidade científica;
2. Levantamento de dados em sites de revistas, jornais e sites oficiais de organismos internacionais e sites governamentais;
3. Organização dos dados em grupos temáticos (conceito de crise, crises econômicas e o caso da islandesa); e
4. Compilação e análise dos achados.

Desta forma, o resultado deste trabalho foi apresentado no capítulo intitulado: a crise financeira internacional de 2008.

### 3. A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008

Na atual conjuntura do pós-Guerra Fria, destaca-se o aprofundamento da globalização, com elevado grau de interdependência entre os atores, especialmente após processos de desregulação dos mercados e abertura econômica dos países nas últimas décadas do século XX, fazendo com que os laços entre os atores se tornassem mais estreitos, seja devido às similaridades, aos interesses econômicos ou como saída para recuperação de crises que têm se tornado cada vez mais recorrentes.

De forma mais profunda, as relações internacionais contemporâneas caracterizam-se por múltiplos canais de conexão entre os atores, o que Robert Keohane e Joseph Nye (1989) caracterizam como Interdependência Complexa.

A interdependência complexa pode ser vista como um grau mais elevado de relações transnacionais, no qual interagem múltiplos atores em diferentes níveis de conexão, com intensos fluxos populacionais, econômicos e financeiros. "Na política mundial, a interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países" (KEOHANE; NYE, 1989, p. 8). A importância da interdependência complexa aumenta à medida que a modernização se desenvolve, como é evidente no caso do setor financeiro.

Crises são parte integral da história mundial, sejam estas sociais, políticas ou econômicas. E todos os Estados estão sujeitos a sofrer seus impactos, muitas vezes devastadores, especialmente quando as crises são de cunho monetário-financeiro.

A mais recente crise financeira que abalou o mundo se iniciou em 2008, e foi originada nos Estados Unidos, a partir do colapso do seu sistema imobiliário e da reação pessimista em cadeia com relação aos empréstimos *subprime* (concessão de crédito de risco; empréstimos hipotecários feitos a maus pagadores), com os quais grandes bancos negociavam com outras entidades financeiras, comprando e vendendo pacotes de *subprime*, tendo como garantia o fato de as transações serem seguradas por grandes seguradoras internacionais. O colapso financeiro global culminou com a quebra de um dos maiores bancos de investimentos dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, em setembro de 2008.

Esta crise se alastrou pelo mundo e impactou tanto as pequenas como as grandes economias. Isso ocorreu devido aos crescentes fluxos da globalização e ao elevado grau

de interdependência entre os atores internacionais, com destaque para os Estados. Essa interdependência pode ser definida também como “qualquer situação em que existem relações entre dois ou mais Estados, ou entre atores de diferentes países, de modo que essas relações produzem efeitos recíprocos” (JATOBÁ, 2013, p. 49).

A crise financeira mundial de 2008 é exemplo de como os Estados podem ser impactados pelo que ocorre em outros Estados, seja por meio de decisão racional do outro ator internacional ou por meio de fatos incontroláveis. E é devido a esse cenário de interdependência que os Estados passam a se preocupar com uma amplitude maior de temas relevantes para sua existência, a exemplo do foco na política de bem-estar em detrimento da segurança nacional, já que em momento de crise financeira, força militar torna-se um instrumento menos útil. Por isso, os custos e benefícios das decisões políticas dos Estados são sempre calculados levando em consideração as variáveis que determinam o resultado das interações na arena internacional, onde prevalece a interdependência complexa.

Em primeiro lugar, a informação está atualmente disponível de modo universal em tempo real e simultaneamente, em todos os centros financeiros do mundo. Em segundo lugar, a tecnologia juntou todos os principais países e centros financeiros e bancários em uma única rede integrada. Poucos países ou regiões do mundo podem ficar isolados dos impactos e das mudanças financeiras, onde quer que ocorram. Em terceiro lugar, a tecnologia possibilitou o estabelecimento de um novo sistema e um mercado mundial altamente eficiente para credores e devedores, capazes de reunir recursos e de compartilhar riscos em uma escala internacional que não se importa com fronteiras (BLUMENTHAL, 1988).

### **3.1 Conceito De Crise**

Para melhor compreender o atual cenário internacional, o conceito de “crise” é peça-chave. Originalmente cunhado na Grécia antiga, o conceito de “crise” era central para a política e significava “not only divorce and quarrel, but also decision in the sense of reaching a crucial point that would tip the scales.” (KOSELLECK, 2006, p. 358).

O conceito de crise é utilizado em diferentes áreas de conhecimento, e ao longo de vários séculos de adaptação, chega à nossa época acumulado de significado e mais comumente utilizado no campo econômico. Em termos gerais, o conceito de crise aponta

“um momento de ruptura no funcionamento de um sistema” (BOBBIO, 1998, p. 305), ao passo que na área econômica, crise, se enquadra como: “a sudden change in the (perceived) state of the economy, one which is often associated with the collapse of a currency, the banking system, or the real economy. It is a sudden change in the performance of the economy” (STIGLITZ, 2014, p. 46).

### 3.2 Crises Econômicas

As crises, sejam de cunho político, econômico ou financeiro, são intrínsecas à história mundial e são cíclicas. As crises financeiras são inevitáveis.

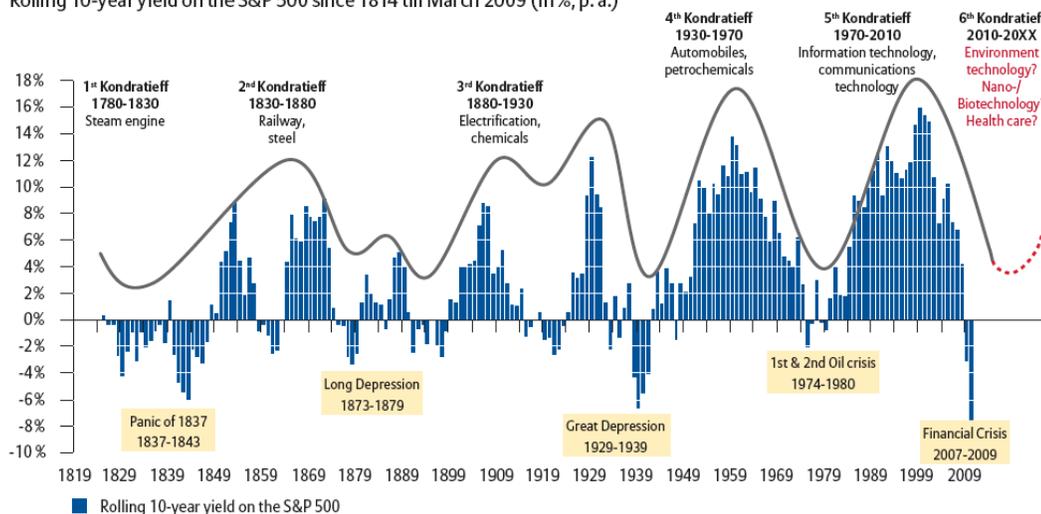
Nikolai Kondratieff observou o surgimento constante de crises ao longo da história e descreveu as características de quatro fases, além de calcular o período médio para o surgimento de novos picos. Esses picos de crises formam o que foi denominado como ondas de Kondratieff ou ciclos de Kondratieff.

As fases das ondas de Kondratieff foram divididas em primavera, verão, outono e inverno e preenchem os intervalos entre os picos de crises cíclicas. Cada fase possui características específicas: Primavera: novo fator de produção, bom momento econômico, o aumento da inflação; Verão: pico de guerra seguido por dúvidas sociais e inflação de dois dígitos; Outono: correção financeira da inflação leva a um boom de crédito que cria uma falsa prosperidade que termina em uma bolha especulativa; e, Inverno: capacidade de trabalho exaurida por maciço repúdio à dívida, deflação de *commodities* e depressão econômica.

Os ciclos de Kondratieff indicam os efeitos cíclicos das crises mundiais. As ondas de Kondratieff demonstram uma variação média de 40 a 60 anos (50 + ou - 10 anos) para o surgimento de novas crises, como pode ser visto no gráfico 1.

## Gráfico 1. Kondratieff cycles – long waves of prosperity

Rolling 10-year yield on the S&P 500 since 1814 till March 2009 (in %, p. a.)



Fonte: Datastream; Illustration: Allianz Global Investors Capital Market Analysis

A crise financeira mundial de 2008 está posicionada na base do sexto ciclo de Kondratieff – que se inicia nas primeiras décadas do século XXI –, na fase do inverno de Kondratieff, período marcado por crises bancárias, elevação dos juros, escassez de crédito e depreciação monetária.

### 3.3 O Caso Da Islândia

A economia internacional globalizada, caracterizada pelo livre fluxo de capitais, tornou mais difícil para pequenos Estados lidarem com sua flutuação. Devido à profundidade dos efeitos da crise na Islândia e o aparente sucesso das medidas implementadas por esse país, surge o debate a respeito da especificidade do caso da Islândia; da influência direta ou indireta que o tamanho do país possa ter em relação aos resultados alcançados no seu processo de recuperação pós crise de 2008; e da possível relevância da filiação desse país à União Europeia, em se tratando da questão de um bloco, regional ou internacional, expor ou proteger pequenos Estados da crise, ou em termos de o bloco facilitar ou limitar respostas desses países ao baque.

A Islândia foi maciçamente influenciada pelos interesses financeiros e esse foi um fator importante para explicar os efeitos da crise na ilha. Thorhallson (2012) aponta que a pequenez da Islândia contribuiu significativamente para os problemas de um Estado

capturado pelos interesses financeiros, ele ainda aponta que economias pequenas possuem uma capacidade restrita para lidar com a economia internacional global sem um aliado adequado e, por tanto, um Estado pequeno deve aliar-se com Estados mais poderosos ou com a proteção da estrutura de uma instituição regional ou internacional com a finalidade de limitar os riscos intrínsecos às relações com a economia internacional.

Apesar do fato de os países grandes ou pequenos terem respondido de forma diferente à crise, Verdun (2013) não encontrou qualquer evidência para afirmar que o tamanho do país seja relevante quando se trata de implementar respostas à crise, além de afirmar que é difícil analisar qualquer caso tomando como referência apenas o tamanho do país. No caso da Islândia, o que se destaca e merece atenção são as decisões políticas que levaram à rápida recuperação pós crise.

A Islândia foi não só o primeiro país a ser atingido pela crise mundial, como também foi o mais afetado por ela, como afirmou em 2008 o então Ministro das Finanças da Islândia, Geir Hilmar Haarde: “[...] around eight-five percent of the banking system has collapsed, which is the most extreme shock ever suffered by any financial system in the world” (BOYES, 2009, p. 194).

A declaração de falência do Lehman Brothers em 2008 afetou diretamente os bancos islandeses. A desconfiança prevaleceu e o mercado interbancário congelou. O impacto da crise atingiu primeiramente a Islândia devido a sua fragilidade bancária, uma vez que seus bancos eram extremamente internacionalizados e possuíam investimentos de alto risco nos Estados Unidos e na Europa, o que elevou a vulnerabilidade desses bancos às crises nos países onde investiam. Stiglitz (2008) explica essa vulnerabilidade como sendo originária das trocas interbancárias, já que os bancos ao redor do mundo fazem e recebem empréstimos entre eles e negociam complicados ativos financeiros, que somados a uma fraca regulação e fiscalização em um determinado país, fazem com que negociações mal realizadas se tornem virais e afetem todo o sistema bancário global.

Como resultado do primeiro efeito da crise a coroa islandesa foi abruptamente desvalorizada em 80%. Milhares de pessoas ficaram desempregadas, os bancos começaram a confiscar casas e carros, e os cidadãos não conseguiam pagar seus empréstimos.

A Islândia, uma pequena ilha vulcânica do oceano Atlântico Norte, com população de aproximadamente 325,671 habitantes (em 1º janeiro de 2014), sofreu

severamente os impactos da crise financeira mundial de 2008. A Islândia é um país rico em belezas naturais, fontes termais e abundante em fontes de energia renovável que cobrem quase completamente as necessidades da ilha, além de possuir alto padrão de vida, elevado nível de escolaridade da população, e, até recentemente, demonstrava índices de desemprego e dívida pública extremamente baixos.

Durante quase todo o século XX, a principal atividade econômica da Islândia foi a pesca. Quando a indústria pesqueira mecanizada foi posta em prática no início do século, contribuiu para o crescimento da economia islandesa numa média de 4 por cento ao ano durante quase um século, o que permitiu que o setor arcasse com grande parte do pagamento das contas externas do país até meados da década de 1970, quando o setor enfrentou o Reino Unido em disputas por território marítimo na Guerra do Bacalhau entre 1972 e 1973, além de sofrer com problema de oferta excessiva de produtos marinhos (JONSSON, 2009).

No início dos anos 1980, a economia islandesa sofre uma guinada decisiva em direção ao capitalismo ultraliberal. É a partir dessa época que a atividade bancária passa a ser o motor fundamental da economia islandesa, e é quando se iniciam as privatizações dos bancos.

Na década de 1990, um novo partido neoliberal ganhou força, trazendo consigo uma nova forma de pensamento político, incluindo medidas políticas que envolviam privatizações; redução de impostos para empreendimentos; liberalização dos fluxos de capitais; completa liberalização do mercado; abundância de crédito, especialmente para as classes sociais mais baixas.

O processo de imersão em políticas neoliberais acentuou-se ainda mais a partir de 1994, com a aproximação à União Europeia, o que implicou a eliminação de qualquer restrição econômica no país.

Essas medidas de crescimento foram bem aceitas pelo mercado islandês e permitiram também que as atividades bancárias se expandissem ainda mais, majoritariamente para a Grã-Bretanha e para a Holanda, fazendo com que o sistema bancário islandês se tornasse dez vezes maior do que o PIB do próprio país.

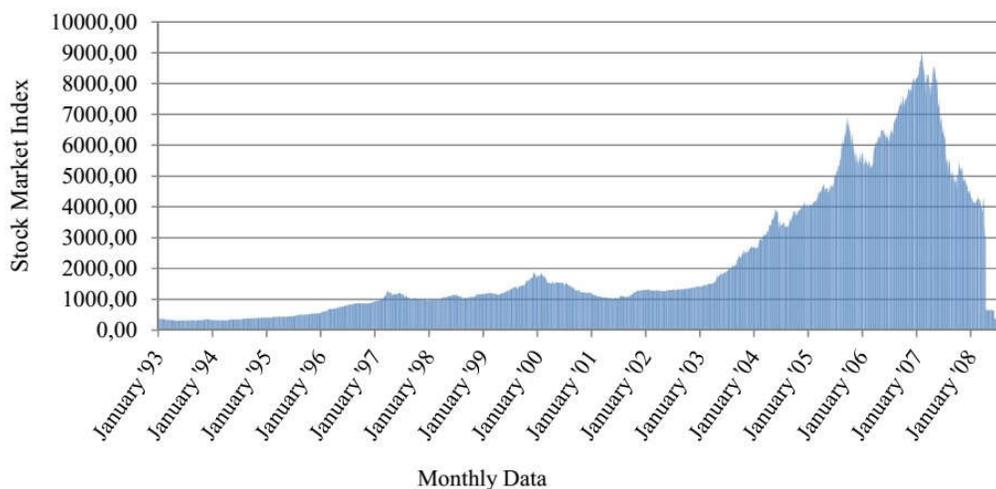
No início dos anos 2000, o governo islandês começou a pôr em prática uma série de medidas que negativamente promoveu o descontrolado inchaço do sistema financeiro do país. Dentre essas medidas destacaram-se: a redução de imposto sobre os rendimentos,

eliminação do imposto sobre o patrimônio e redução considerável do imposto sobre as sociedades. Tudo isso favoreceu a entrada de capitais estrangeiros (DYLAN, 2013).

O reflexo dessas medidas governamentais, o rápido crescimento do atrativo mercado financeiro islandês e o *boom* do mercado de ações podem ser observado no gráfico 2, assim como o declínio do mesmo, meses antes do impacto da crise de 2008, resultado do elevado grau de descrença quanto a solidez da economia islandesa.

Após 2002, um *boom* imobiliário se desenvolveu na economia islandesa, com o PIB a crescer em média 4,6 por cento entre 2003 e 2007. As dívidas do setor privado começaram a subir a um ritmo sem precedentes, atingindo quase 500 por cento do PIB antes do colapso de 2008. As dívidas do sistema financeiro ascenderam a cerca de 375 por cento do PIB em 2008, enquanto as dívidas domésticas estavam em torno de 125 por cento do PIB. A dívida das famílias em moeda estrangeira passou de cerca de 2 por cento do PIB em 2003 para 20 por cento em 2008 (THORGEIRSSON; NOORD, 2013).

**Gráfico 2.** Development of the Icelandic Stock Market from 1993-2008



Fonte: Kauphöll Íslands (<http://omxnordicexchange.com/>)

Em 2006, sofrendo com aumento da inflação e desvalorização da sua moeda, os bancos islandeses passaram por uma alarmante falta de liquidez e para remediar a situação procuraram métodos alternativos para a obtenção de fundos, dentre os quais o mais importante foi o Icesave, uma poupança online criada pelo Landsbanki (segundo maior banco do país) e que oferecia taxas de juros atrativas, e funcionava como um banco online.

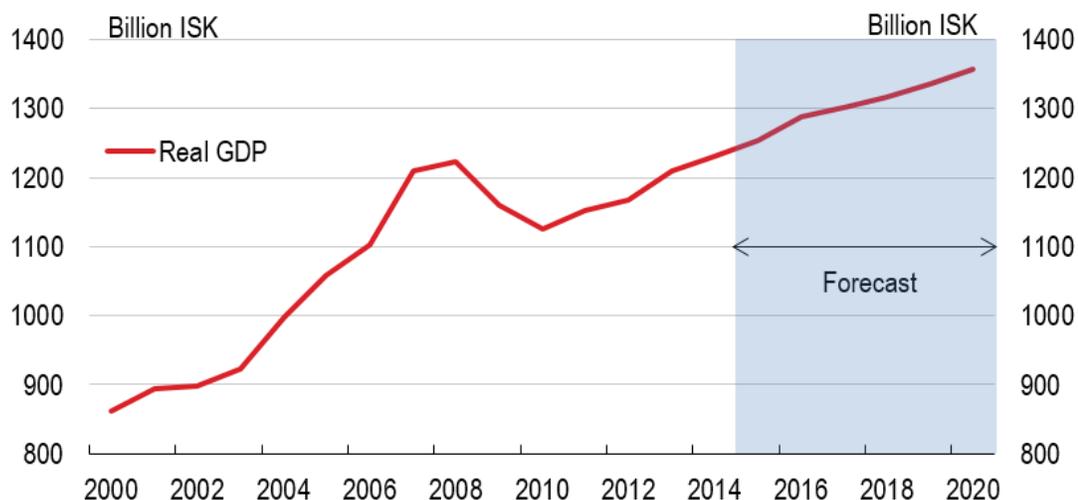
As contas Icesave se espalharam por toda a Europa, mas seus principais clientes se concentravam na Grã-Bretanha e na Holanda.

O uso de financiamento externo permitiu uma rápida expansão dos bancos islandeses. Em 2007 os ativos dos bancos de depósito chegaram a 275 por cento do tamanho do produto interno bruto do país. Somente no ano de 2006 os ativos dos bancos islandeses cresceram 72 pontos percentuais mais rápidos do que o produto interno bruto do país (HOWDEN, 2013).

Essas medidas ultraliberais que se acumularam ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI permitiram o surgimento de uma bolha financeira que estourou em outubro de 2008, quando os três maiores bancos, com extensas operações internacionais, entraram em colapso e o setor financeiro praticamente desapareceu. Ocorreram grandes deflações de preços de ativos e uma exorbitante desvalorização da moeda local, a coroa islandesa, que chegou a despencar para um terço do seu valor antes da crise, um fato que causou problemas significativos para as empresas de construção e vendas de imóveis. Essa situação fez com que os preços dos imóveis disparassem, mas não impedindo que entre os anos de 2004 e 2006 fossem construídos mais imóveis do que na década de 1990.

Como pode ser visto no gráfico 3, a contração geral da Islândia de 2008 a 2010 foi realmente alta. Houve um crescimento de cerca de 1% em 2008, mas a contração geral em 2009 e 2010 chegou perto dos 11%. Somente em 2009, o PIB contraiu 6.8%. Essa foi a maior queda da história da Islândia desde o início dos registros, em 1945 (ÓLAFSSON, 2011b).

**Gráfico 3.** Iceland's GDP from 2000 to 2020 (in billions of Icelandic krona)



Fonte: OECD, Economic Outlook 97 database and long term baseline

Legenda: GDP – Gross Domestic Product (tradução: PIB – Produto Interno Bruto)

ISK – Icelandik Krona (tradução: moeda corrente da Islândia)

Em vista da tempestade econômica oriunda dos Estados Unidos e que rapidamente atingiu a Islândia, os bancos islandeses tentaram reduzir suas atividades para acumular dinheiro, mas o mercado exigia crédito e os investidores estrangeiros, especialmente britânicos e holandeses, exigiam retorno dos seus investimentos nos bancos islandeses, relativos às contas Icesave. Os bancos não tinham capacidade de arcar com essas demandas, muito menos o Banco Central da Islândia, uma vez que o Produto Interno Bruto do país era de \$13 bilhões de dólares e a perda dos bancos alcançou dez vezes o valor do PIB.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo islandês foi negociar com os governos do Reino Unido e da Holanda, que exigiam o pagamento dos investimentos que seus cidadãos haviam feito nos bancos islandeses. Em votação no parlamento islandês, foi decidido que a Islândia deveria arcar com os danos causados pelas companhias privadas, os bancos. Sobre pressão da sociedade, o então Presidente da Islândia, Olafur Ragnar Grimsson, recusou a proposta e solicitou um referendun. "The participation of the nation in the final agreement is the only viable outcome" disse o presidente Grimsson em entrevista à BBC, e afirmou ainda que "it is the job of the president of Iceland to make sure the nation's will is answered" (BBC, 2010).

Durante muito tempo debateu-se no Parlamento da Islândia sobre a forma mais efetiva para lidar com a dívida do caso Icesave. Uma dívida que obrigava a Islândia a arcar os prejuízos gerados pelos bancos islandeses no exterior.

Foi decidido no parlamento que deveria haver uma devolução de 3,5 bilhões de euros à Grã-Bretanha e à Holanda, principais investidores do Icesave e maiores prejudicados com o colapso bancário. Essa decisão faria com que todas as famílias islandesas arcassem com o pagamento por um período de 15 anos, com juros anuais de 5,55%, mas parte da população contrapôs-se à decisão e reuniram 56.089 assinaturas, de um total de 325,671 habitantes, contra o pagamento que era considerado abusivo (DYLAN, 2013).

Em janeiro de 2010, o presidente Ólafur Ragnar Grimsson negou-se a aprovar a lei e pôs a decisão sobre o pagamento a voto popular. Em março de 2010, 93% dos islandeses votaram contra assumir a responsabilidade dos pagamentos das dívidas que não haviam sido contraídas pelos cidadãos, mas sim pelos bancos.

Ainda sob forte pressão internacional, o Parlamento resolveu, em fevereiro de 2011, aprovar na câmara legislativa o pagamento da dívida com novas condições. Foi decidido então que o pagamento deveria ser realizado entre os anos de 2019 e 2046, com juros fixos de 3%.

Novamente a decisão final foi submetida a referendo popular pelo presidente Grimsson que se negou a ratificar a lei formulada no congresso nacional. E uma vez mais, em abril de 2011, a população islandesa votou contra o pagamento da dívida do caso Icesave. À época, o presidente Grimsson se pronunciou sobre as novas condições de pagamento e afirmou que: “As antigas condições do pagamento eram muito injustas; as novas são melhores, mas os islandeses vão ter de carregar com uma dívida que os seus bancos têm o dever de assumir”, e completou dizendo: “A Islândia é uma democracia, não um sistema financeiro” (DYLAN, 2013, Pág. 83, 84).

O presidente Grimsson foi amplamente criticado, tanto por inimigos quanto por amigos, como sendo populista. Membros da zona euro ameaçaram tratar a Islândia como a "Cuba do Norte" além de isolar e tornar a Islândia um Estado pária.

Gordon Brown, então primeiro ministro da Inglaterra, numa conferência de imprensa no dia 8 de outubro de 2008, anunciou que ele tomaria ações legais contra as autoridades islandesas para recuperar o dinheiro perdido para as pessoas que depositaram

suas economias nas sucursais britânicas dos bancos islandeses. Nesse mesmo dia o governo britânico promulgou uma lei antiterrorismo, a ‘Landsbank Freezing Order 2008’, que os autorizava a reter todos os recursos do banco Landsbanki na Grã-Bretanha. A ordem de congelamento foi emitida sob o ‘2001 Anti-Terrorism, Crime and Security Act’, que havia sido aprovada após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Mais tarde naquele dia, o Landsbanki, o BCI (Banco Central da Islândia) e o Ministério das Finanças islandês foram listados junto a outros regimes financeiramente sancionados, como a Al Qaeda, o Talebã e a Coreia do Norte. Mas esse fato não durou mais de duas semanas e o CBI e o Ministério das Finanças islandês foram posteriormente removidos da lista, permanecendo apenas o banco Landsbanki com o status de instituição terrorista (JÓNSSON, 2009).

A Islândia sofreu com a experiência de sido taxada como terroristas, especialmente seus cidadãos. O sistema islandês de pagamentos internacionais caiu, fundos enviados para outros países foram congelados ou sumiram, nenhuma quantia de dinheiro poderia ser enviada para fora do país. A maioria dos bancos se recusava a enviar ou receber pagamentos islandeses. Cidadãos islandeses ao redor do mundo se viram numa situação sem saída, uma vez que seus cartões de crédito não funcionavam e eles não podiam transferir dinheiro das suas contas.

O não pagamento dos prejuízos causados pelo caso Icesave na Grã-Bretanha e na Holanda ainda resultaram na denúncia contra a Islândia perante os organismos europeus. Como consequência, o FMI congelou ajudas econômicas à Islândia até que esta se comprometesse a devolver a dívida, mesmo sendo a Islândia um dos 44 membros fundadores do Fundo.

Quanto à denúncia contra a Islândia perante o Tribunal de Justiça da União Europeia, a corte proferiu uma decisão favorável à Islândia, ao defender o direito dos cidadãos desse país de se absterem do pagamento dos prejuízos das contas Icesave (BOWERS, 2013).

Apesar do fato de a crise ter atingido drasticamente a Islândia, a economia do país permaneceu resistente e já em 2011 voltou a se estabilizar. Falências e desemprego dispararam entre os anos de 2008 e 2009. O crescimento do PIB, que havia decrescido no segundo semestre de 2008, contraiu 6,6 por cento em 2009 e 4,0 por cento em 2010 antes de se estabilizar em 2011 com a economia a crescer 2,5 por cento naquele ano. A taxa de

desemprego, que atingia, em média, cerca de 8 por cento em 2009 e 2010, diminuiu para 7,4 por cento em 2011 e 5,8 por cento em 2012. A inflação, que era, em média, de 12 por cento em 2008 e 2009, diminuiu para 5,4 por cento em 2010 e 4,0 por cento em 2011 (THORGEIRSSON; NOORD, 2013).

**Tabela 1.** Iceland's GINI index from 2005 to 2013

<b>YEAR</b>	<b>GINI index</b>
<b>2005</b>	29.4
<b>2006</b>	30.3
<b>2007</b>	29.6
<b>2008</b>	31.9
<b>2009</b>	28.7
<b>2010</b>	26.4
<b>2011</b>	27.0
<b>2012</b>	26.9
<b>2013</b>	24,0

Fonte: Adaptado de World Development Indicators (2016) e OECD.Stat (2016).

A economia islandesa é a menor dentre os integrantes da OCDE, e gira em torno de um milésimo da economia dos Estados Unidos. Ainda assim, a Islândia manteve o seu elevado estado de bem-estar social e buscou preservar um elevado padrão de qualidade de vida para seus cidadãos mesmo enfrentando os desafios promovidos pelos efeitos da crise de 2008.

Em termos de padrões de vida, cortes de gastos públicos na Islândia afetaram mais os grupos com rendimentos mais elevados do que os grupos de renda mais vulneráveis. Isto foi conseguido através de aumentos nas pensões mínimas de aposentadoria e pensionistas com deficiência, no salário mínimo, nos subsídios de assistência social e no benefício universal de desemprego (ÓLAFSSON, 2011b).

Com um coeficiente Gini de 24, a desigualdade de renda na Islândia é a menor entre os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O coeficiente de Gini é o indicador mais utilizado para medir desigualdade de renda em um país em um determinado momento. Ele varia de 0 a 100, onde 0 representa igualdade perfeita numa sociedade e 100 representa o nível máximo de

desigualdade. O coeficiente de Gini é baseado na renda equivalente de cada indivíduo (DI FALCO, 2014).

Islândia usou seu sistema de proteção social para abrigar grupos mais vulneráveis durante a crise. Além disso, uma tendência para uma maior desigualdade foi revertida durante o pico da crise em 2008, quando a Islândia registrou um coeficiente de Gini de 31,9, e continuou a cair, chegando a alcançar 24 em 2013, como pode ser visto na tabela 1.

Entretanto, esses resultados foram alcançados através de medidas heterodoxas que iam de encontro ao que era proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela União Europeia aos países membros da zona do Euro que também sofriam com os efeitos da recessão.

O Ministro das finanças, Steingrímur Sigfússon, foi o responsável pelas negociações com o FMI e em seu primeiro contato com a instituição em 2008 advertiu os economistas do Fundo quanto à peculiaridade da situação islandesa: "Você deve compreender que você veio para um estado de bem-estar social escandinavo. Um estado de bem-estar social democrático e aberto. Esta é uma experiência nova para você e você deve entender isso" (THE VIKING WAY, 2012, tradução nossa).

O representante do FMI na Islândia, Franek Rozwadowski, se surpreendeu com o resultado dos acontecimentos e afirmou que:

É provavelmente verdade que as classes baixa e média são os mais afetados pela crise. É lamentável, mas isso é o que parece estar acontecendo. Uma das medidas mais notáveis deste programa, concebido e implementado pelas autoridades, é que eles tentaram proteger as partes mais pobres da população, ou seja, as classes médias e os pobres (THE VIKING WAY, 2012, tradução nossa).

Esse posicionamento contrário às medidas de austeridade propostas pelo FMI fez com que a Islândia mantivesse seu elevado grau de bem-estar social, mesmo quando um acordo foi feito com o FMI para um empréstimo de 2,1 bilhões de dólares. É interessante ressaltar, no entanto, que meses depois de acordado o empréstimo, funcionários do FMI afirmaram que as medidas implementadas pela Islândia ao lidar com a crise foram positivas. De acordo com Nemat Shafik, Deputy Managing Director do Fundo Monetário Internacional entre 2011 e 2014, o Fundo aprendeu três lições com a Islândia:

When countries have a clear strategy in mind, as was the case in Iceland, it becomes much easier for the IMF to engage and provide policy support and advice; there are clear advantages to having a heterodox toolkit—more tools are better than fewer; Iceland set an example by managing to preserve, and even strengthen, its welfare state during the crisis. (IMF, *Iceland's Unorthodox Policies Suggest Alternative Way Out of Crisis*, 2011)

#### 4. CONCLUSÃO

De fato, o que a Islândia enfrentou não foi uma crise essencialmente econômica, se não uma crise bancária, e as medidas aplicadas para contenção desse desastre bancário internacional resultaram num processo de recuperação que não pôde ser reproduzido por nenhum outro país, nem mesmo por países pertencentes a grandes blocos econômicos, como é o caso dos integrantes da União Europeia.

Em 2009 o parlamento islandês cogitou aderir à União Europeia em nome da estabilidade econômica. O país passou a ser analisado para que fosse checado se este cumpria os requerimentos mínimos para aderir ao bloco, e já no ano seguinte as negociações formais foram iniciadas.

A população islandesa se mostrou contra a adesão ao bloco e o setor pesqueiro foi levado em consideração quando da decisão de aderir à União Europeia, já que, se integrada ao bloco, a Islândia teria que compartilhar suas fronteiras marítimas com os países europeus, e a pesca ainda compreende grande parte da economia islandesa. Então, o Ministro das Relações Exteriores da Islândia, Gunnar Bragi Sveinsson, afirmou que “Iceland’s best interests are better served outside the European Union” (The Guardian, 2015). Para a decisão final, parte da população exigiu um referendo, mas o próprio parlamento islandês removeu a proposta de adesão.

A Islândia demonstra interesse em manter laços próximos com a União Europeia – uma vez que o país já é integrante da Associação Europeia de Livre Comércio desde 1970 – ao passo que mantém sua liberdade econômica. Se fosse integrante do bloco, especialmente se houvesse aderindo ao mesmo durante o período de crise, a Islândia não teria tido liberdade para lidar com a crise da forma como lidou. A União Europeia, por

exemplo, não permite a quebra de nenhum banco dentro bloco, o que impossibilitaria à Islândia reagir de forma firme quando seus bancos faliram.

As ações adotadas pela Islândia mostram como esse país buscou se adequar, de forma peculiar, às constantes mudanças nas relações internacionais e às inconstâncias do mercado financeiro global.

Diferente da Reserva Federal dos Estados Unidos e dos bancos centrais da União Europeia, Grã-Bretanha, Suíça e Canadá, que decidiram injetar grandes somas de dinheiro público em fundos de emergência para salvar bancos privados que estavam intrinsecamente ligados ao surgimento da bolha financeira, a Islândia permitiu a quebra dos seus três maiores bancos e iniciou um processo de estatização deles.

A Islândia não aderiu a medidas de austeridade fiscal e fortaleceu programas sociais específicos que visavam defender os interesses de grande parte da população. Outra ação que diferencia a Islândia de outros países europeus em recessão na forma de lidar com a sua recuperação foi a ampla redução do valor das dívidas, que no cenário pós crise não possuíam mais o valor que os bancos haviam estipulado. Isso valeu tanto para empresas quanto para particulares, especialmente no caso de dívidas de compra de imóveis indexadas em moeda estrangeira. O governo islandês introduziu ainda um plano de perdão para dívidas de hipotecas quando o valor da dívida ultrapassasse o valor real do imóvel (ÓLAFSSON, 2011b).

Não foi por menos que “among the thirty-four countries for which Eurostat publishes constant price data on exports of goods and services, Iceland was the only country where there was a growth in 2009 compared to 2008” (DARVAS, 2011).

A Islândia está no caminho certo, ao passo que tenta manter um estado de bem-estar social e ao mesmo tempo impor pesados impostos sobre as classes mais ricas, recuperando sua economia sem permitir que a sociedade arque com o rombo causado pelo sistema financeiro especulativo.

A Islândia pôs a vontade democrática do povo acima dos interesses financeiros do mercado e permitiu a quebra daqueles (os bancos) que durante o *boom* econômico tenderam a privatizar os lucros e no pós-crise buscaram socializar as perdas.

A Islândia, sem dúvida, é um exemplo diferente no que tange à gestão da crise financeira, causada pela quebra de seus bancos. O Estado tentou funcionar financeira,

política, judicial e culturalmente não com base nas demandas dos mercados, que os trouxe à beira do desastre, mas tendo em mente a preocupação com seus cidadãos.

## REFERÊNCIAS

### Livros:

BOBBIO, Norberto (et al.). *Dicionário e Política*. 11.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOYES, Roger. **Meltdown Iceland: Lessons on the World Financial Crisis from a Small Bankrupt Island**. United States: St Martins Press, 2009.

COELHO, Diogo Ramos. **Mundo em Crise: a história da crise financeira, seus impactos nas relações internacionais e os atuais desafios**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

DYLAN, Marc-Pierre. **O país que não resgatou seus bancos: como a Islândia está a superar a crise sem ficar refém do sistema financeiro**. Lisboa: Marcador, 2013.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 3ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

JOHNSEN, Guðrún. **Bringing Down the Banking System: Lessons from Iceland**. New York: Palgrave MacMillan, 2014.

JOHNSON, Janet Buttolph. **Political science research methods**. Washington: H. T. Reynolds, 2005.

JÓNSSON, Ásgeir. **Why Iceland?: how one of the world's smallest countries became the meltdown's biggest casualty**. United States: McGraw Hill, 2009.

KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 2 ed., Harper Collins, 1989.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University, 1994.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ÓLAFSSON, Stefán. Icelandic Capitalism: from statism to neoliberalism and financial collapse. In: MJØSET, Lars (Ed.). **The Nordic Varieties of Capitalism**. United Kingdom: Emerald, 2011a. cap. 1, p. 1-51.

STIGLITZ, Joseph E.; HEYMANN, Daniel (Eds.). **Life after debt: the origins and resolutions of debt crisis**. New York: Palgrave Macmillian, 2014.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

YIN, Robert K. **Case Study Research: Design and Methods**. Beverly Hills, California: Sage Publications, 1989.

**Artigos:**

BAGUS, Philipp; HOWDEN, David. **Deep Freeze: Iceland's Economic Collapse**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2011.

BENEDIKTSDOTTIR, Sigrídur; DANIELSSON, Jon and ZOEGA, Gylfi. **Lessons from a collapse of a financial system**. *Economic Policy*, vol. 26, issue 66, pages 183-231, 2011.

BLUMENTHAL, M. W. The World Economy and Technological Change. **Foreign Affairs**, 01 fev. 1988. *America and The World*. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/1988-02-01/world-economy-and-technological-change>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BOWERS, Simon. Court rules against UK in £2.3bn Icesave deposit guarantees battle. **The Guardian**, 28 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/business/2013/jan/28/court-rules-against-uk-icesave>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

CROTTY, James. Structural causes of the global financial crisis: a critical assessment of the 'new financial architecture'. United States, **Cambridge Journal of Economics**, 2009, 33, p. 563-580.

DANIELSSON, Jon. The first casualty of the crisis: Iceland. In: FELTON, Andrew; REINHART, Carmen M. (Ed.). **The First Global Financial Crisis of the 21<sup>st</sup> Century: part II** june-december 2008. London: Centre for Economic Policy Research, 2009.

DARVAS, Zsolt. **A Tale of Three Countries: Recovery After Banking Crises**. Bruegel Policy Contribution: issue 2011/19, 2011.

DI FALCO, Emanuela. Income inequality: nearly 40 per cent of total income goes to people belonging to highest (fifth) quintile. **Eurostat**, s.l., dez. 2014. Eurostat Statistics in focus. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Income\\_inequality\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Income_inequality_statistics)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GRIMSSON, Ó. R. **How to Succeed in Modern Business: Lessons from The Icelandic Voyage**. Discurso no The Walbrook Club, London. Disponível em: <<http://grapevine.is/mag/articles/2008/10/10/how-to-succeed-in-modern-business-olafur-ragnar-grimsson-at-the-walbrook-club/>>. Acesso em: 02 set. 2015.

HART-LANDSBERG, Martin. Lessons from Iceland: capitalism, crisis, and resistance. **Monthly Review**: volume 65, number 5, 2013. Disponível em: < <http://monthlyreview.org/2013/10/01/lessons-iceland/> >. Acesso em: 10 out. 2015.

HILMARSSON, Hilmar Þór. **Small states and big banks**: the case of Iceland. Iceland: Baltic Journal of Economics, 2013. Disponível em: < [http://www.biceps.org/assets/docs/bje/bje2013\\_no1/Policy\\_paper\\_2](http://www.biceps.org/assets/docs/bje/bje2013_no1/Policy_paper_2) >. Acesso em: 05 nov. 2015.

HOWDEN, David. The Rise and Fall of the Icelandic Economy. **The Journal of Social, Political and Economic Studies**. v.38, n.4, p. 389-424, 2013.

ICELAND leader vetoes bank repayments bill. **BBC News**, Reino Unido, 5 jan. 2010. Disponível em: < <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/8441312.stm> >. Acesso em: 28 ago. 2015.

IMF Survey online. Iceland's Unorthodox Policies Suggest Alternative Way Out of Crisis. **International Monetary Fund**. 03 nov. 2011. IMFSurvey Magazine: Countries & Regions. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2011/CAR110311A.htm#top>>. Acesso em: 07/09/2015

JONSSON, Ivar. **Explaining the Crisis of Iceland**: a realist approach. National Archives of Iceland, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. Crisis. **Journal of the History of Ideas**. vol. 67, n. 2, p. 357-400, 2006.

MOSES, Jonathon W. **Small States and the Global Economic Crisis**. Norway: Norwegian University of Science and Technology, 2012.

ÓLAFSSON, Stefán. **Iceland's Financial Crisis and Level of Living Consequences**. University of Iceland, 2011b.

STIGLITZ, Joseph E. How to Get Out of the Financial Crisis. [s.l.]: **TIME**, Oct. 2008. Disponível em: <<http://content.time.com/time/business/article/0,8599,1851739,00.html>>. Acesso em: 10/setembro/2015.

THORGEIRSSON, Thorsteinn; NOORD, Paul van den. The Icelandic banking collapse: was the optimal policy path chosen?. **Central Bank of Iceland Working Papers**, n.62, março 2013.

THORHALLSSON, Baldur. **The Icelandic economic collapse**: incompetence or the small size?. Reykjavík: University of Iceland, 2011.

THORHALLSSON, Baldur. **The Icelandic economic collapse: how to overcome constraints associated with smallness?**. Reykjavík: University of Iceland, 2012.

VERDUN, Amy. Small States and the Global Economic Crisis: an assessment. **European Political Science**. v.12, n.3, p: 276-293, 2013.

WORLD BANK. **GINI index (World Bank estimate)**. Disponível em: <[http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=SI.POV.GINI&id=af3ce82b&report\\_name=Popular\\_indicators&populartype=series&ispopular=y#](http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=SI.POV.GINI&id=af3ce82b&report_name=Popular_indicators&populartype=series&ispopular=y#)>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

#### **Sítios:**

**BBC News**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news>>.

**Eurostat: Statistics Explained**. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Main\\_Page](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Main_Page)>.

**Financial Times**. Disponível em: <<http://www.ft.com/home/uk>>.

**Foreign Affairs**. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/>>.

**International Monetary Fund**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT.  
**OECD.Stat**. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/#>>.

**The Economist**. Disponível em: <<http://www.economist.com/>>.

**The Guardian**. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/international>>.

**The New York Times**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/>>.

**The Reykjavík Grapevine**. Disponível em: <[grapevine.is](http://grapevine.is)>.

**The Wall Street Journal**. Disponível em: <<http://www.wsj.com/>>.

#### **Documentários:**

**THE VIKING WAY**. Direção: Yorgos Avgeropoulos, Produção: Achilleas Kouremenos. Atenas (GR): Small Planet Productions, 2012, 1 DVD.